

Para 91, relator fez 13 emendas

Das 43 emendas aprovadas para o Distrito Federal no Orçamento de 1991, 13 foram apresentadas pelo deputado João Alves (PPR-BA) — à época relator-geral da Comissão Mista de Orçamento —, hoje acusado de liderar o esquema de corrupção no Congresso. O deputado aprovou emendas no valor de US\$ 60,936 milhões (CR\$ 3.364.839,00 em valores de maio de 1990), 339,27% a mais que o segundo colocado na aprovação, o senador Valmir Campelo (PTB-DF). Campelo conseguiu emplacar 10 emendas, no valor total de US\$ 13,872 milhões (CR\$ 766.000.000 em maio de 90).

O deputado Manoel Moreira (PMDB-SP), também apontado como integrante da máfia do Orçamento, aprovou quatro emendas para o DF como relator parcial da Comissão em 90. Foram US\$ 8,710 milhões (CR\$ 481.000.000 na época) para as áreas de educação e saúde, incluindo a construção do Hos-

pital da Vila Paranoá. João Alves aprovou emendas de sua autoria para saúde, educação, transporte e segurança.

As emendas apresentadas por João Alves destinavam recursos para a construção do Hospital do Paranoá, ampliação da Papuda e implantação do metrô. Somente a verba referente à primeira emenda foi liberada em 1991, segundo o Sistema Integrado de Administração Financeira (Siaf). As propostas iniciais de recursos para um transporte de massa para o DF foram do deputado Augusto Carvalho (PPS-DF) e senador Valmir Campelo (PTB-DF). As duas emendas foram rejeitadas pelo relator João Alves.

Recursos — No Orçamento de 92, o relator-geral da comissão, deputado Ricardo Fiúza (PFL-PE) foi o que novamente aprovou o maior volume de recursos para o Distrito Federal. Fiúza apresentou nove emendas no valor de US\$ 37.867

milhões (CR\$ 9,873 bilhões em abril de 91). Valmir Campelo veio abaixo com 10 emendas aprovadas, destinando um total de US\$ 27.032 milhões (CR\$ 7.048 bilhões). O relator-geral naquele ano, também acusado de envolvimento no escândalo do Orçamento, conseguiu 40,07% a mais de verbas para o DF do que Campelo.

O deputado Sigmarinha Seixas (PSDB-DF) também conseguiu ter aprovadas 10 emendas, num valor de US\$ 6,179 milhões (CR\$ 1.611 bilhão). Até mesmo o senador Mauro Benevides (PMDB-CE), outro suspeito de participar da máfia do Orçamento, apresentou emenda para o DF. A proposta, no valor de US\$ 1.917 milhão (CR\$ 500 milhões), foi destinada à construção de reservatório de água em Samambaia. No Orçamento de 93, o relator-geral, senador Mansueto de Lavor (PMDB-PE), não foi autor de nenhuma emenda para o Distrito Federal.